A presença de bebês e crianças bem pequenas nos currículos de formação inicial do estado de São Paulo

Alliny Caetano da Silva

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Resumo: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a invisibilidade dos bebês e das crianças bem pequenas nos currículos de formação inicial dos cursos de Pedagogia, públicos e em regime presencial, do Estado de São Paulo. Com inspiração genealógica, traça uma breve narrativa sobre os processos históricos que constroem as percepções sobre os grupos estudados dentro e fora das instituições em que são atendidos (as creches), a fim de compreender as relações de poder que as mantêm vivas e são incorporadas à experiência docente desde o ingresso no ensino superior. Por meio da análise quantitativa de descritores específicos, foram investigados os esforços (ou a ausência deles) das universidades em incluir as singularidades do trabalho com bebês e crianças bem pequenas nas ementas disciplinares obrigatórias e optativas, com um ensaio posterior sobre o modo e a relevância com que são tratadas as faixas etárias dos zero a dezoito meses e dezenove meses a três anos e onze meses.
Palavras-chave: Formação inicial. Educação infantil. Creche. Bebês. Crianças bem pequenas.

Abstract: This article aims to reflect on the invisibility of babies and young children (toddlers) in the initial teacher training of public and face-to-face Pedagogy courses, in the State of São Paulo. With genealogy inspiration, it outlines a brief narrative about the historical processes that build perceptions about the groups studied inside and outside the institutions in which they are formally educated (daycare centers), to understand the power relations that keep them alive and are incorporated into the teaching experience since entering higher education. Through quantitative analysis of specific descriptors, the efforts (or lack of it) of universities to include the singularities of working with babies and very young children in mandatory and optional subject syllabi were investigated, with a subsequent essay on the manner and relevance given to those work knowledge to age groups from zero to eighteen months, and nineteen months to three years and eleven months.
Keywords: Teacher training. Early childhood education. Daycare. Babies. Toddlers.

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

INTRODUÇÃO

Este artigo inicia-se na busca para compreender uma questão percebida em toda uma graduação e intenciona demonstrar por meios qualitativos a sua expressão em diferentes contextos: como se formam os profissionais que atuam com bebês e crianças bem pequenas, vista a escassez de estudos específicos iniciais?

Além disso, empreende uma análise das normativas que construíram o cenário atual, reconhecendo que o fluxo de saberes construídos por meio de batalhas de poder, mesmo com grandes ou efêmeras transformações, segue perpetuando em diferentes ocasiões uma invisibilidade factual.

A criação das identidades docentes esbarra na identidade das crianças, bem como nos decretos sociopolíticos sobre o que é mais ou menos importante na edificação de um país forte, seguro e competente. Em uma nação voltada a “ordem e progresso”, não causa grande estranhamento perceber que o local reservado aos grupos que não podem (ainda) ter seu corpo mercantilizado e totalmente controlado, são os cantos imprecisos e inexplorados dentro da sociedade, da legislação e com certeza da educação.

Nos estudos da infância, a Pedagogia foi a última ciência a ser introduzida, sendo antecedida por campos como a Pediatria e a Psicologia. O ocultamento das funções educativas no atendimento de bebês e de crianças bem pequenas se fortaleceu nas ideias de fragilidade e incapacidade, e mesmo com a lenta aquisição de direitos próprios e o reconhecimento de sua cidadania, esses grupos não foram e ainda não são considerados singulares e produtores de uma cultura valiosa. Desse modo, para que haveria preocupação na formação de professores em supostas especificidades?

A primeira seção deste artigo traça uma breve linha do tempo sobre a construção dessas identidades. Ademais, explora como a responsabilidade pelos bebês passa de um grupo para outro, mas permanece centralizada na figura feminina e no suposto inatismo de cuidado materno. Discorre também sobre como seres tão “desinteressantes” são tidos como importantes no que tange ao controle e ao poder.

A segunda seção trata dos movimentos legislativos que intentam cumprir os direitos infantis no campo da educação, mais precisamente na inserção da Educação Infantil nos currículos dos cursos de Pedagogia desde o início da década de 90, pós Constituição Federal de 1988. Salienta-se que, até 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, não havia exigências quanto à formação dos profissionais atuantes nas creches e pré-escolas, e o período foi marcado pela dúvida entre remover tais profissionais do âmbito educacional ou formá-los adequadamente. De todo modo, o reforço da

imprescindibilidade da formação abre espaço para debater o que seria contemplado nos programas dos cursos dali para a frente.

Um ano antes da publicação da Resolução CNE/CP nº1, de 5 de maio de 2006, que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (DCNP), Kiehn (2007 *apud* Albuquerque *et al*., 2018) investigou as matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia em universidades federais e constatou a secundarização da habilitação para o trabalho na Educação Infantil. Na presente pesquisa, muitos anos após a DCNP/2006, a busca refina-se a procurar especificamente a creche, os bebês e as crianças bem pequenas, em menções diretas.

Na terceira seção é apresentado o percurso metodológico utilizado neste trabalho e as justificativas pelas escolhas, dados os meios de investigação e documentos disponíveis.

Finalmente, a quarta seção apresenta os resultados com dados gerais sobre a média de carga horária dos cursos de licenciatura em Pedagogia analisados e a quantidade de menções aos descritores na parte preliminar dos documentos. A interpretação e a problematização dos dados são feitas à medida que são comentados os pontos de atenção do trabalho.

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

OS BEBÊS, AS MULHERES E A INFÂNCIA

Carolina Machado Castelli e Ana Cristina Coll Delgado (2017) discutem as ideias sobre bebês que têm circulado no Brasil desde o século XVII e dividem em cinco os momentos históricos marcantes na construção do que hoje entende-se convencionalmente sobre essa faixa etária.

O primeiro momento refere-se aos séculos XVII e XVIII, caracterizados pela prática de entrega de bebês para as chamadas “amas de leite”: mulheres negras escravizadas que se tornavam responsáveis pela amamentação e cuidados destinados aos bebês e às crianças até os seis anos de idade, quando passavam a ser considerados adultos. Pressupunha-se que as mulheres escolhidas para a função de ama de leite fossem puérperas/lactantes, mas os cuidados deveriam ser exclusivos aos bebês da casa grande. De forma cruel, as amas não poderiam realizar o aleitamento e os cuidados de seus próprios filhos, que eram, em sua maioria, encaminhados para uma instituição conhecida como Roda dos Expostos.

Com as péssimas condições de saneamento, atendimento médico e alimentação da época tanto para as amas de leite quanto para os bebês e as crianças da Roda dos Expostos,

as taxas de mortalidade infantil passaram a gerar preocupação – e culminaram com a extinção da prática das amas no fim do século XIX. O reconhecimento dos altos índices da mortalidade infantil e neonatal e suas causas evitáveis passaram a ser vistos como um crime contra a nação, e não mais como um fenômeno natural.

O Brasil vivenciava um de seus mais importantes períodos na política, materializando uma nacionalidade emancipatória que exigiria uma nova nação ordenada e completa. As crianças representavam ao mesmo tempo uma esperança e uma ameaça, a elas estaria reservado um futuro áureo que demandaria responsabilidades.

Com o avanço para o segundo momento, delineado por Castelli e Delgado (2017) como a era dos "bebês dos especialistas", cresce também o fenômeno de privatização das famílias. Estudos como os de Philippe Ariés (1986) demonstram como até mesmo a arquitetura das casas se transformou pela ideia de proteção do núcleo familiar e cerceamento das crianças desde o século XVIII, com o surgimento do "sentimento de infância".

A Psicologia aumentou sua influência nos estudos sobre a criança com a preocupação aos definidos estágios de desenvolvimento e aprendizagem. Para Helen Bee (1977 *apud* Gobbato; Barbosa, 2017), estudiosa da Psicologia do Desenvolvimento, os psicólogos da época consideravam o recém-nascido desagradável e desinteressante, mas ao naturalizarem sua existência como pacientes ao invés de agentes conseguiriam estabelecer os padrões de normalidade.

Paralelamente, a Pediatria ocupou-se de aconselhar principalmente as mães com os "guias maternos" de saúde (materiais classistas que reforçavam a associação entre pobreza e transmissão de doenças, vícios e outros), responsabilizando-as pelas novas expectativas em relação aos bebês e dando início ao terceiro momento delineado pelas autoras: "o bebê das mães" (Castelli; Delgado, 2017).

Gabriela Tebet e Anete Abramowicz (2018, *apud* Simões, 2022, p.103) apontaram a importância destas áreas (Pediatria e Psicologia) na criação de uma categoria social e analítica exclusiva dos bebês pois, entre ressalvas, focalizaram o processo de individuação e a vida psíquica do bebê de uma forma até então inédita, observando o bebê em situações naturais do cotidiano e por meio da análise lúdica.

Schmitt (2008 *apud* Castelli; Delgado, 2017) comenta em seus estudos sobre a infância, a descoberta da capacidade da criança na mais tenra idade em estabelecer vínculos emocionais, ultrapassando a ideia de bebê puramente biológico. As mães, ao

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

passarem pelo processo gestacional, converter-se-iam na figura mais adequada ao acolhimento praticamente total dessas necessidades emocionais.

Isto posto, a união dos debates e reinvindicações femininos e infantis é recorrente e poderosa em determinados processos sociopolíticos, mas evidentemente construiu desde muito cedo uma hipervalorização da figura feminina na formação infantil, sendo difícil a dissociação para trazer relevância a temas de um grupo que não considere o outro. Há uma "sobrecarga" entre questões femininas não necessariamente ligadas às crianças e questões infantis que não devem ser associadas essencialmente às mulheres.

Em revisão ao que seria mais proveitoso para o crescimento da sociedade, as instituições de cuidado e escolarização também foram reavaliadas. Com o passar dos anos, tornou-se necessário admitir que as novas tendências socioeconômicas, em um sistema que crescia centrado ao capital, não permitiam a extinção das instituições para as mães estabilizadas como força de trabalho e, caso isso acontecesse, ressurgiriam os problemas de mortalidade por negligência ou futuramente haveria um contingente de jovens não "civilizados" gerando consequências graves ao Estado.

Nessa conjuntura, nasceu o "bebê das creches", conforme descrevem Castelli e Delgado (2017). Em um movimento que alicerçou as instituições existentes desde a metade do século XVIII, foi conferido a estas outro caráter à medida que as exigências e perspectivas se engrandeciam. A segregação social estendia-se à diferenciação de atendimento infantil:-para os ricos, eram reservados os jardins de infância com ambientes culturais e trabalhos pedagógicos muito mais valorizados.

O chamado "mal necessário", denominação recorrente da creche nesse período (Vieira, 1988 *apud* Castelli; Delgado, 2017), sustentava em sua organização – cultural, prática, física e profissional – o "molde" desejável aos filhos de operários e a distinção moral e religiosa, aceitando apenas crianças com pais casados, sóbrios e com referências positivas de seu entorno.

De certo modo, é possível afirmar que o "bebê das creches" (Castelli; Delgado, 2017) existe até hoje. A modernidade trouxe para as mães o direito ao trabalho, para os bebês o reconhecimento de seus direitos como cidadãos, e para as creches novas exigências. Mas o tempo histórico das transformações se confirma muito mais vagaroso quando percebemos que certas questões permanecem não resolvidas, às vezes apenas com uma nova roupagem. Grande parte do percurso aparenta ter sido continuado pelos

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

mesmos grupos e ideias detentoras de um poder sociopolítico que servem à ordem, à contenção e ao adultocentrismo (Rosemberg, 1976).

A ausência de estudos sobre as crianças como agentes, participantes ativas de relações entre si e com os adultos e produtoras de cultura, constituem um cenário onde ainda são consideradas apenas um "vir a ser" padronizado. O rompimento com o ocidentalismo que a tudo ordena e mercantiliza pode e deve pensar em outras possibilidades para a pesquisa com crianças, para a formação dos profissionais que com elas trabalham e para as instituições que as atendem, valendo-se das múltiplas classes sociais, religiões, localidades e estruturas familiares que hoje integram a realidade brasileira.

Os grupos mais jovens, para quem fatores como a comunicação e a independência prestam um papel divisor ao se depararem com sujeitos que ainda não se expressam oralmente com eloquência, não andam com equilíbrio ou cuidam de suas próprias necessidades fisiológicas. Logo, é ainda mais tendencioso o apagamento de suas existências.

Mas, concluem Gobbato e Barbosa (2017), dentre outros muitos estudiosos, que "não podemos esperar que os bebês virem 'crianças' para que, só então, tenhamos uma escola com proposições pedagógicas que os 'enxerguem' e contemplem" (Gobbato; Barbosa, 2017, p. 32).

A PRESENÇA DIRETA DE BEBÊS E CRIANÇAS BEM PEQUENAS NA LEGISLAÇÃO E NOS CURRÍCULOS DE PEDAGOGIA

A década de 1990 brasileira teve seu início com um grande marco político e social, a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), cujo principal objetivo é "assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos".

O documento, válido até os dias atuais, versa, entre muitas prerrogativas, sobre a educação e a responsabilidade do Estado, da sociedade e da família em totalidade na formação e proteção das crianças (consideradas de modo geral, sem detalhamento, as especificidades dos bebês), finalmente reconhecidas como sujeitos de direitos próprios. Os anos que sucederam sua publicação trouxeram movimentos legislativos de abrangência geral que visavam cumprir o proposto, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica de Assistência Social.

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

Especificamente sobre a Educação Infantil, em 1994, o Ministério da Educação (MEC) passou a promover numerosos simpósios, encontros e debates sobre as readequações necessárias, haja vista não só a CF/1988, como também os novos estudos sobre a infância, o rompimento com a ideia exclusivamente assistencialista para as mães e a modernização. Entre os documentos mais importantes do ano em questão, estão a Política Nacional de Educação Infantil, definindo os principais objetivos para a expansão da oferta educacional de qualidade, e seu desdobramento, *Por uma política de formação profissional de Educação Infantil*, que sinalizava a preocupação com a indissociabilidade entre qualidade de ensino e excelência profissional.

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB/1996), que inclui a Educação Infantil ao ciclo de Educação Básica e decreta a exigência do diploma em nível superior para a atuação com a faixa etária de zero a seis anos até o fim da década, a formação docente inicial para o trabalho em creches e pré-escolas entra em pauta na agenda política e nas discussões educacionais do Brasil com mais afinco. O reconhecimento das especificidades na atuação desses profissionais questiona antigos modelos e costumes, como as ofertas de habilitação em Educação Infantil de forma secundarizada e em tempo reduzido nos cursos de Pedagogia e o deslocamento de práticas escolarizantes dos primeiros anos do ensino fundamental para crianças pequenas (Kiehn, 2007 *apud* Albuquerque *et al.*, 2018).

Kishimoto (1999) faz considerações importantes em seu estudo sobre as políticas de formação inicial e continuada de professores de Educação Infantil no cenário em que foi promulgada a LDB. Em retomada histórica, a autora dispõe que desde os anos 60 instauravam-se as discussões sobre o currículo dos cursos de Pedagogia e as habilitações específicas, bem como a dúvida sobre formar especialistas em educação ou docentes atuantes em sala de aula. Crescia então, mais especificamente, a urgência em solucionar as longínquas questões sobre a identidade do curso na ânsia de cumprir com as metas da chamada Década da Educação (período de 1997 a 2007). Tal discussão passou enquadrar também o aproveitamento ou não desses profissionais já inseridos no sistema, e se sua continuidade fosse permitida, que iniciativas seriam criadas para tentar igualar minimamente as formações.

Neste estudo, é tratada com especificidade a Educação Infantil em recorte para a creche, crianças bem pequenas e bebês: em que condições estava o grupo mais negligenciado na academia e na política? (Gobbato; Barbosa, 2017).

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

Em 1997, segundo levantamento do Censo Escolar (INEP, 1997) analisado por Kishimoto (1999), 66,57% dos profissionais das pré-escolas possuíam nível médio completo, e apenas 20% o ensino superior completo. Nas creches, onde a qualificação requerida era apenas o ensino fundamental (completo ou incompleto), a situação era ainda mais preocupante. No mesmo estudo, o banco de dados pesquisado mencionava como Educação Infantil a "licenciatura em magistério do pré-escolar à 4ª série do 1º grau", o que indicava que "[...] a faixa etária de 0 a 3 anos ficou marginalizada nesse processo de formação profissional, em analogia às creches que só recentemente foram incorporadas ao setor da educação" (Kishimoto, 1999, p. 70).

Um ano mais tarde, em 1998, o Ministério da Educação elaborou o primeiro volume do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). O guia educacional tratava sobre "[...] objetivos, conteúdos e orientações didáticas para profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira" (Brasil, 1998, n.p.). Para os bebês e crianças pequenas, faz menções a momentos importantes de sua adaptação ao ambiente não familiar, a valorização de suas expressões múltiplas e a necessária flexibilidade da rotina na prática pedagógica. No entanto, foi alvo de críticas por não contar com referências de estudos sobre a infância da época nem devido embasamento teórico, sendo comparado a um receituário de conteúdo para os docentes.

Ainda assim, poderia ser considerado um avanço pois, na prática, pensando nas menções diretas aos grupos, nem mesmo a LDB/1996 se preocupou com as especificidades de zero a três anos. Apesar das contribuições anteriores de estudiosas como Fúlvia Rosemberg e Maria Malta Campos nos simpósios nacionais de Educação Infantil, com apresentações de trabalhos como "Os critérios para um atendimento em creches que respeite os Direitos Fundamentais das Crianças" (2009) – que mais tarde foi apoiado pelo Ministério da Educação e do Desporto para a criação de novas versões e publicação oficial -, na LDB não são encontrados os termos "bebê" e "criança pequena". "Creche" é citada apenas três vezes ao falar sobre oferta de vagas, prazos de integração e outras questões burocráticas (Gobbato; Barbosa, 2017).

Anos mais tarde, em 2001, o Plano Nacional de Educação "ultrapassa" uma divergência da época ao indicar o tratamento distinto entre creche e pré-escola sem que houvesse dicotomia entre educar e cuidar.

Também o reconhecimento de que historicamente a faixa etária de 0 a 3 anos esteve prejudicada pela falta de acesso a apoio legislativo, financeiro e de informação no

setor educacional–explicaria então por que a divisão era tão necessária sem que isso significasse uma distinção entre cuidado e educação, pois era justamente a afirmação como prática pedagógica que a luta pelo atendimento das especificidades da creche desde a formação inicial buscava (e busca até os dias de hoje).

Dez anos após a promulgação da LDB/1996, a Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (DCNCP/2006). Apesar dos esforços declarados em documentos como a Política Nacional para Formação de Profissionais de Educação Infantil (2006), em romper com a creche ora assistencialista, ora educacional, mais uma vez a invisibilidade da faixa etária se fez presente ao considerar sua menção direta: não foram localizados no documento os termos "creche", "bebê" ou "criança pequena" (Gobbato; Barbosa, 2017).

Mais tarde, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) adota em sua estrutura a divisão da Educação Infantil entre bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. A despeito das críticas recebidas quanto a sua estruturação e até mesmo um suposto distanciamento da realidade escolar brasileira, a BNCC reforça o caráter específico das atividades e consequentemente da formação docente. Também acaba por inspirar novos documentos, como o Currículo Paulista (2019), que versa em dois tópicos sobre o papel do professor na compreensão das linguagens múltiplas, da diferenciação motora entre as idades e das possibilidades pedagógicas no brincar e experienciar com as crianças de até três anos e onze meses (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2019).

Isto posto, são escassas as conjunturas em que a legislação consegue fazer-se plenamente contemplada. Dotadas de certa autonomia e respeitando o artigo 6º da DCNCP/2006, as universidades acataram as novas demandas como compreenderam melhor para seus programas de formação, mas de modo geral, apesar do volume de documentos sobre a Educação Infantil publicados após a sua inclusão no ciclo de Educação Básica, esses dois grupos continuaram invisibilizados pela união "creche e pré-escola" ou pela extensão etária "de zero a seis anos", no encaixe do quebra-cabeça que é a graduação em Pedagogia.

Desse desfecho, nasce a questão central do presente trabalho: Em que momento e de que modo encontramos os bebês e as crianças bem pequenas nos currículos dos cursos de Pedagogia? Qual a expressividade de sua presença e, mais ainda, de sua ausência na formação inicial docente?

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

PERCURSO METODOLÓGICO

Haja vista a prévia afirmação da infância como dispositivo de poder (Moruzzi, 2017), interessa para esta pesquisa analisar o percurso e o modo como são feitas as construções e manutenções das verdades assumidas nos cursos de Pedagogia para o ensino e cuidado dos grupos de 0 a 18 meses e de 19 meses a 3 anos e 11 meses. Como podemos perceber em números, no dito e no não dito dos Projetos Pedagógicos de Curso, as concepções tramadas na formação inicial?

A busca pelo que a genealogia em Foucault (2017 *apud* Fabrício, 2020) caracteriza como *proveniência* seria o epítome do conhecimento de uma situação ao ponderar não uma inventiva origem das coisas seguida de uma linearidade, mas sim todos os movimentos de transformação histórica e as influências que constituem os desfechos emergentes, que são bastante mutáveis. Nesta concepção, o esforço do estudo deve ser justamente compreender a *proveniência* que mantém vivas as ideias, uma articulação entre a história marcada nas coisas e a história que se constrói a partir do que se tem, descobre e prevê: "reencontrar as diferentes cenas em que eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram" (Foucault, 2017 *apud* Fabrício, 2020, p. 55).

Para a obtenção de dados, foi delineado um conjunto dos cursos de Pedagogia com currículos a serem analisados: seriam de universidades de autarquia federal ou estadual, públicas, no Estado de São Paulo e em regime presencial. Este é um recorte que supostamente tem o maior nível de semelhança entre as propostas pelas leis, pela localidade e pelo modelo de ensino.

A obtenção de dados foi tranquilamente realizada pelo portal E-MEC:

> Criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela Internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o recredenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permita a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente (Brasil, 2007).

Com o recorte aplicado ao buscador do portal, os cursos foram contabilizados pela diferenciação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), horas e créditos obrigatórios ou número de semestres. Dessa forma, as universidades que apareceram na busca com mais de uma oferta em diferentes períodos (matutino, vespertino, noturno ou integral) mas possuem a mesma configuração foram contabilizadas apenas uma vez. Exemplificando: a Universidade Estadual de Campinas oferece cursos nos períodos

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

Integral e Noturno de oito e dez semestres respectivamente, mas apesar das diferentes cargas horárias as disciplinas são as mesmas, por isso a instituição só aparece no quadro de resultados uma vez.

O resultado inclui 19 cursos e a análise das versões mais atuais de seus PPCs, estando alguns disponíveis online e outros obtidos por e-mail em contato com a coordenação das universidades em questão. Com os documentos "em mãos", operando o buscador simples das ferramentas de leitura dos navegadores, foram pesquisados os descritores: infância, educação infantil, creche, crianças bem pequenas e bebês.

Para o penúltimo, dada a origem do termo "crianças bem pequenas" associada ao documento "Práticas cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares" (Barbosa, 2009) que não possui abrangência obrigatória, foi similarmente considerado o descritor "criança pequena" apenas. Na soma foram excluídas algumas repetições, como os nomes de disciplinas e programas que apareceram mais de uma vez apenas a título de menção e foram contabilizados uma única vez. Também não foram consideradas as aparições dos descritores em referências bibliográficas de ementas disciplinares, pois somente a indicação do título não garante a leitura ou a verdadeira inclusão do tema em contexto.

Posteriormente, não adicionado a este artigo em tabela, foram consultadas as atuais matrizes curriculares dos cursos e localizados os títulos ou ementas de disciplinas que mencionam diretamente creche, criança (bem) pequena e/ou bebês.

Nesse momento da pesquisa, estrategicamente não foi considerado o descritor "educação infantil", visto que uma questão importante do cenário em que o estudo é realizado é justamente o apagamento ainda maior dos bebês e crianças (bem) pequenas nesse conjunto quando não mencionadas diretamente.

Em suma, a metodologia deste estudo é análise documental dos currículos em viés quantitativo e qualitativo, de inspiração genealógica. Mais do que os números e as inferências, esta pesquisa busca examinar os caminhos sinuosos percorridos pelos bebês e crianças bem pequenas na educação e, principalmente, quais os efeitos e possíveis pretensões na formação inicial docente das universidades públicas paulistas para o trabalho com este grupo.

RESULTADOS

> Se, por um lado, a universidade demonstra preocupação em enunciar as obrigatoriedades e, com isso, de alguma maneira, se compromete a

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

> cumpri-las; de outro, demonstra descaso ao não elaborar mais a questão para além do que já está dado pelas instâncias superiores. Por outro lado, ainda, incluir em seus PPCs as palavras dadas pelas normas não significa que seus discursos internos e seus fazeres rotineiros necessariamente irão se alterar de alguma forma (Fabrício, 2020, p. 80).

As universidades possuem autonomia na elaboração de seus documentos orientadores, incluindo os PPCs. Para o curso de Pedagogia, deve ser respeitado o artigo 6º da DCNP/2006 que versa sobre a obrigatoriedade de um núcleo de estudo que articule discussões sobre: as bases da Educação, as diferentes organizações da sociedade, os princípios éticos e de cidadania, a aplicação e avaliação de práticas educativas, a gestão democrática, o planejamento, a execução e avaliação de projetos multiculturais, os estudos de Didática e das principais teorias da Educação, o estudo do conteúdo e das práticas de ensino das disciplinas dos primeiros anos de escolarização, as discussões sobre estética, arte e ludicidade e alguns outros temas considerados essenciais.

Também na DCNP/2006, é definida a carga horária mínima do curso em 3.200 horas, divididas em pelo menos 2.800 horas de atividades formativas, 300 horas de Estágio Supervisionado e 100 horas de atividades teórico práticas, cabendo às universidades organizarem as ementas disciplinares que contemplem essas exigências. É importante destacar que, em 2019, o Ministério da Educação (MEC) homologou a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabelece o mínimo de quatro anos de duração para todos os cursos de Licenciatura e universalidade das 3.200 horas de atividades.

No recorte desta pesquisa, referente às ofertas do curso de Pedagogia no modelo presencial em universidades federais e estaduais localizadas no Estado de São Paulo, o tempo mínimo de formação encontrado foi de exatamente 3.200 horas na Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente (UNESP/PP) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) nos campi de Campos do Jordão e Presidente Epitácio. O tempo máximo é de 3.735 horas na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em suas duas ofertas distintas. Assim, os cursos aqui analisados possuem entre oito e dez semestres de duração.

É importante destacar que, na consulta aos PPCs, foram escolhidos os documentos mais atuais disponíveis no momento da busca. Alguns sofreram alterações por Resoluções das universidades ou do poder público, sendo todas as que de alguma forma provocaram mudanças nas ementas disciplinares que vão de encontro com busca deste estudo, consideradas.

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

O formato dos PPCs não é universal, mas em sua maioria segue uma linha de apresentação da universidade, do curso de Pedagogia, da educação na atualidade, seguidos dos termos burocráticos de regras de ingresso, permanência, atividades obrigatórias e optativas e cumprimento das obrigações legislativas. São surpreendentemente distintos na quantidade de páginas e detalhamento de informações, alguns entre 30 e 40 laudas, outros ultrapassando as 200.

Utilizando o localizador de palavras dos programas de navegação para contabilizar as menções de acordo com os filtros previamente mencionados no processo metodológico, dos descritores "infância", "educação infantil", "creche", "crianças bem pequenas" e "bebês", a previsão era de que, deixando os termos cada vez mais específicos, as menções diminuíssem.

Apesar dessa inferência, pode ser chocante perceber a escassez de citações desde o primeiro descritor em alguns PPCs. É perceptível que, utilizando o critério de não contagem das repetições de títulos de disciplinas e programas, as possibilidades se reduzem bastante, mas essa escolha se deu justamente para considerar a relevância e a contextualização da presença desses descritores. Neste estudo, seria ilusório julgar que cada uso das palavras-chave representasse uma apreciação do campo estudado.

O descritor "creche" está quase sempre acompanhado de "pré-escola". As duas fases da Educação Infantil parecem indissociáveis na maioria dos casos, o que explicaria as tendências de transferência de saberes e práticas pedagógicas do grupo mais velho para os mais jovens desde o início da experiência docente. Independente da extensão dos textos, "bebês" são citados em apenas nove dos dezenove PPCs. O termo "criança bem pequena" ou "criança pequena" tem apenas cinco aparições entre quatro de dezenove PPCs.

São muitas vezes pequenos parênteses nas explicações sobre a Educação Infantil como um todo. Ainda sem analisar as ementas disciplinares, é preocupante que a contextualização dos programas de ensino, das instituições e da experiência educacional brasileira esteja sendo feita sem a devida valorização das singularidades das faixas etárias mais jovens.

O Quadro 1, exposto a seguir, demonstra quantitativamente as menções aos descritores centrais selecionados para o presente trabalho e organizados do menos específico para o mais específico. A anotação dos dados numéricos como passo anterior à análise qualitativa corrobora com as primeiras impressões de que, em previsão, as

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

ementas trariam pouquíssimos conteúdos relacionados aos bebês e crianças bem pequenas.

Quadro 1 – Número de menções aos descritores do estudo nos PPCs das universidades federais e estaduais, em regime presencial, no Estado de São Paulo

Instituições por cidade	**Data PPC**	**Infância**	**Educação infantil**	**Creche**	**Crianças (bem) pequenas**	**Bebês**
UNIFESP Guarulhos	2024	11	39	10	0	0
UFSCAR São Carlos	2018	28	67	1	2	0
UFSCAR Sorocaba	2021	16	48	4	0	6
UNESP Araraquara	2007	8	30	6	0	0
UNESP Bauru	2022	7	59	3	0	0
UNESP Marília	2022	0	19	0	0	0
UNESP Pres. Prudente	2018	50	204	64	0	0
UNESP Rio Claro	2015	2	19	0	0	0
UNESP São José do Rio Preto	2023	3	6	0	0	0
UNICAMP Campinas (noturno)	2019	7	28	5	0	1
UNICAMP Campinas (integral)	2019	7	28	5	0	1
USP Ribeirão Preto	2024	3	35	5	1	0
USP São Paulo	2024	5	12	0	0	0
IFSP Campos do Jordão	2023	29	68	5	1	1
IFSP Boituva	2023	11	31	1	0	4
IFSP Pres. Epitácio	2023	20	72	8	0	9

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Um segundo momento da investigação dos PPCs (não representado em quadros neste artigo como mencionada previamente) buscava minuciar as aparições ou ausências dos dois grupos centrais deste trabalho nas ementas disciplinares, por se tratar de orientações a serem colocadas em prática nas aulas. As palavras-chave foram apenas

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

"creche", "criança (bem) pequena" e "bebês", presumindo que buscar também por "educação infantil" e "infância" ampliariam demais os resultados, desviando do estudo de como a especificidade do trabalho com estes grupos se expressa na formação inicial.

De forma concisa, os descritores foram localizados da seguinte forma: cinco usos do termo "creche" isoladamente, trinta usos do termo "creche e pré-escola", oito usos de "criança pequena", e dezenove usos de "bebês". As citações não representam uma disciplina cada, pelo contrário, algumas propostas são extensas e difusas ao tentarem agrupar tudo que há de específico nas diferentes faixas etárias em apenas uma oferta disciplinar, demonstrando uma "pressa" em ensinar todo o necessário que nos leva a questionar a profundidade do que é estudado, como Kishimoto (2002, p. 109 *apud* Tebet; Martins; Castilho, 2013, p. 152) ao afirmar que nos cursos "[...] Há de tudo um pouco com generalidade que não levam à compreensão complexa do saber e fazer pedagógicos".

A pressuposição desta etapa era de que as ementas teriam certa semelhança nos conteúdos trabalhados, mesmo que divididos e nomeados de formas distintas, e esta hipótese foi confirmada: as aparições do termo "creche" estavam quase sempre associadas à "pré-escola".

Contrariamente há também dissemelhanças produtivas nas propostas de estágio em algumas universidades, como a UNESP Araraquara e UNESP Presidente Prudente que ofertam separadamente os estágios de Educação Infantil entre creche e pré-escola. Aqui não cabe avaliar a viabilidade do modelo para replicação em massa, mas este se demonstra muito favorável ao considerar que todos terão oportunidade de, com tempo reservado para tal, experienciar a iniciação docente em faixas etárias distintas. Em prática na graduação não é incomum que as salas mais jovens sejam reservadas as estudantes mulheres, mais velhas e muitas vezes já mães, mais uma herança maternalista na vivência da formação.

Prosseguindo, foi constatado que a apresentação das expressões é majoritariamente em disciplinas obrigatórias: trinta e oito no total, contra apenas cinco optativas, e as temáticas em que estão incorporadas são predominantemente voltadas para as políticas públicas de gestão da Educação Infantil, a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil e as metodologias. No entanto, alguns outros debates parecem ganhar força nos currículos, como os tópicos de corpo, movimento e linguagem distintos e as relações de poder em que estão inseridas as crianças na sociedade.

Em concordância às novas demandas da educação, algumas universidades são coerentes ao oferecerem disciplinas que expandem as possibilidades do trabalho pedagógico com bebês e crianças bem pequenas, mesmo que de forma optativa,

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

divergindo das esferas e documentos onde os docentes são cobrados a assumirem novas contingências pedagógicas na rotina sem que lhes seja oferecida a devida formação. Destacam-se com temáticas excepcionais e menções aos descritores do estudo as disciplinas: "Educação, Corpo e Movimento", "Metodologia do Ensino de Arte", "Teatro e Educação" da UFSCar Sorocaba, "Arte e Educação Infantil 1: Música e Artes Visuais", "Artes e Educação Infantil 1: Dança e Teatro" da USP São Paulo, e "Cultura Popular e Ludicidade: Múltiplas Linguagens na Infância" do IFSP Sorocaba.

Em síntese, nas propostas formativas pesquisadas no presente estudo, a ausência ainda é mais expressiva que a presença para os bebês e crianças bem pequenas. Seja em números ou na variedade de temáticas exploradas, o ambiente acadêmico ainda reflete habitualmente a negligência e o desinteresse em aprofundar os estudos e a formação para o trabalho verdadeiramente pedagógico com os grupos mais jovens, para que não sejam subestimados em suas experiências ou recebam apenas a transferência de práticas simplificadas dos grupos mais velhos.

Uma reorganização curricular neste momento, não dependeria apenas da criação de novas disciplinas ou da simples adição de um ou dois textos sobre a faixa etária nas ementas, mas sim da disposição geral em refletir sobre a relevância do processo de reconhecimento dos bebês e crianças bem pequenas como seres produtores de cultura, das múltiplas linguagens e expressões, da sua experiência no coletivo, da capacidade de aprendizagem e exploração de potencialidades fora dos moldes escolarizantes e civilizatórios.

Há muito a ser questionado sobre o interesse em manter este cenário de apagamento e poder, visto que apesar das constantes atualizações dos currículos, as universidades ainda falham em incluir com afinco os debates sobre a faixa etária dos zeros aos três anos e onze meses. É como estar em uma sala de espelhos onde tudo se reflete: os poderes políticos continuam investindo mais tempo e verba na melhoria de outras etapas da Educação Básica, a sociedade continua sofrendo com o descaso e a falta de opções das escassas ofertas de vagas em creches, a academia concentra seus estudos onde são melhores vistos e recompensados, os cursos de Pedagogia não incorporam novas discussões, e aos bebês restam os brinquedos, os espaços, as atividades e o cuidado com "o que dá".

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Moema Helena Koche; ROCHA, Eloisa Acires Candal; BUSS-SIMÃO, Márcia. **Formação Docente para Educação Infantil nos currículos de Pedagogia**. EDUR – Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 34. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/jnc9ZPB9xpmXZDgq4ydDMYq/. Acesso em: 29 ago. 2024.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Práticas cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília, DF: MEC/UFRGS, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF: CNE, 2006a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento da Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. v. 1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Apresentação: e-MEC. **Ministério da Educação**, Brasília, [2007]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/e-mec/e-mec. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2019. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília, DF: MEC/SED, 2006c.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. Secretaria de Educação Básica. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 2. ed. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

CASTELLI, Carolina Machado; DELGADO, Ana Cristina Coll. Entre amas de leite, especialistas, mães e creches: concepções sobre bebês no Brasil. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 375-385, set./dez. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.3.26831. Acesso em: 25 ago. 2024.

FABRÍCIO, Mariana Gonçalves. **Gênero e Sexualidade nos cursos de Pedagogia**: um estudo sobre a Resolução CNE 002/2015 na formação inicial de professoras do Sudeste. 2020. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13596. Acesso em: 20 ago. 2024.

GOBBATO, Carolina; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. A (dupla) invisibilidade dos bebês e das crianças bem pequenas na Educação Infantil: tão perto, tão longe. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 4, n. 1, p. 21-36, 2017. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/289. Acesso em: 20 ago. 2024.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Política de formação profissional para a Educação Infantil: Pedagogia e Normal Superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 20, n. 68, p. 61-79, dez. 1999. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000300004. Acesso em: 20 ago. 2024.

MORUZZI, Andrea Braga. A infância como dispositivo: uma abordagem foucaultiana para pensar a educação. **Conjectura**: filosofia e educação, Caxias do Sul, v. 22, n. 2, p. 279-299, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.18226/21784612.v22.n2.04. Acesso em: 13 ago. 2024.

ROSEMBERG, Fúlvia B. M. Educação para quem? **Ciência e Cultura (SBPC)**, [*s. l.*], v. 28, n. 12, p. 66-71, 1976.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo. Currículo Paulista. São Paulo: SEE- SP/UNDIME-SP, 2019.

SIMÕES, Patrícia Maria Uchôa. Seres competentes e sujeitos de direitos: trajetórias dos

10.17771/PUCRio.PDPe.71208

bebês nas pesquisas acadêmicas e nas creches. **Revista Desidades**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 33, p. 101-118, maio/ago. 2022. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/49014/30145. Acesso em: 24 ago. 2024.

TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos; MARTINS, Rosa M. Castilho; RITTMEISTER, Eunice Martin. Espaços e contextos de aprendizagens docentes: reflexões sobre a formação de profissionais para a Educação Infantil de crianças de 0 a 3 anos. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 136-162, abr. 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76626426009. Acesso em: 13 ago. 2024.

A AUTORA

Alliny Caetano da Silva é licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos e pesquisadora independente em temáticas da formação de professores da primeira infância. Trabalhou durante anos com educação bilíngue e, atualmente, cursa especialização em Edição de Didáticos.

E-mail: caetanoalliny@gmail.com

10.17771/PUCRio.PDPe.71208